

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, REALIZADA EM 26 (VINTE E SEIS) DE NOVEMBRO DE 1984 (MIL NOVECIENTOS E OITENTA E QUATRO).

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro) reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 470 (quatrocentos e setenta), sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO. Presentes os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e RENÉ ARIEL DOTTI. Iniciando os trabalhos constantes da ordem do dia o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Colendo Conselho, a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Senhor Presidente informou sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 25 (vinte e cinco) de outubro a 22 (vinte e dois) de novembro próximo passado. À oportunidade o Senhor Presidente determinou que fosse consignado nesta, a nomeação do Emérito Professor ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JUNIOR, para a função de Conselheiro Titular do CNPP, tendo em vista seus profundos conhecimentos na área penitenciária. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ para emitir parecer sobre a inspeção realizada pelo DEPEN, na Penitenciária Professor Barreto Campelo, situada no Estado de Pernambuco. Em seu parecer o relator considerou as informações procedentes da Secretaria de Justiça e da Superintendência do Sistema Penitenciário daquele Estado, resumizando os seguintes aspectos: "a) Inexistência de prevalência da segurança do presídio sobre a proteção da integridade do sentenciado; b) O perigo da rede elétrica existente apenas para aqueles que tentam fugir; c) Descarte de qualquer insinuação sobre a ocorrência de exacerbação do sofrimento do sentenciado; d) Não há contradição entre o funcionamento da penitenciária Prof. Barreto Campelo, e o artigo 5º da Declaração Internacional dos Direitos do Homem que estabelece que "nenhum indivíduo pode ser submetido à tortura ou punição cruel, desumana ou degradante"; e) A eletrificação da cerca que protege a Penitenciária Prof. Barreto Campelo, presídio de segurança e de regime fechado, não é diferente, nos aspectos éticos e "inibidores" da dignidade humana, de altos muros que também servem para tentar impedir a fuga de detentos; f) A cerca eletrificada, quando comparada ao confinamento intra-muros, que enjaula o detento, traz significativos benefícios aos presos, tais como a ventilação e a visibilidade ao meio ambiente circundante que amplia os horizontes subjetivos de liberdade; g) Finalmente, é da mais alta significância o resultado da consulta feita pela Superintendência aos sentenciados que unanimemente opinaram pela permanência da rede eletrificada; h) Aos judiciosos argumentos do relator da inspeção do DEPEN e do seu ilustre Diretor Geral, em torno de uma solução aceitável nos campos idealista e meramente doutrinário, opõem-se outros significativos argumentos do ponto de vista prático e no campo administrativo, impostos pela ordem social e os próprios direitos humanos. Em vista do exposto, Senhor Presidente e senhores Conselheiros, julgo que deva ser mantida a eletrificação da cerca que circunda a Penitenciária Prof. Barreto Campelo, para a preservação da segurança e dos direitos humanos a que fazem jus ambas as populações que se acham separadas pela mencionada cerca. Este é o meu PARECER, s.m.j. ANTÔNIO ZAPPALÁ Conselheiro Relator". Enfocou, que deixava de apreciar o item "a" da inspeção, tendo em vista que o processo encontra-se ainda no DEPEN, em diligência, objetivando-se maiores dados sobre a morte do interno JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA. Em discussão, foi o parecer aprovado por unanimidade. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que emitiu parecer sobre "LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E FILMES SOBRE TEMAS PENITENCIÁRIOS", o qual em havendo sido aprovado por unanimidade, segue transcrito, tendo em vista a ratificação de parecer anterior oferecido pelo Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, sobre o mesmo tema. 01- Durante a 33ª Reunião deste egrégio Conselho, a 18 de julho último, o ilustre Conselheiro Everardo da Cunha Luna ofereceu douto parecer. Originou-se consulta, formulada pela DD. Diretora da Divisão de Censura de Livros e Publicações, a 21 de março do ano corrente, mediante o ofício nº 946/83 - S/D/CP. 02- Seja-me, entretanto, permitido apresentar algumas notas dajuvantes, ao aludido parecer, com vistas a lhe facilitar a discussão, bem como a aprovação, que merece. 03- A primeira questão a aguir-se, está no competir, ou não, ao Conselho Nacional de Política Penitenciária manifestar-se sobre a matéria em debate. Surge mais do que evidente, falecer-lhe o poder para censurar espetáculos e diversões públicas. Não se cogita, porém, de tal ponto, nesse lance. Numa sociedade, de manifestos, geradora de fatores criminosos, emerge louvável que o órgão censor perquiria ao órgão supremo de administração da política criminal, a respeito de assuntos, os quais venham a tocá-lo; filmes sobre temas penitenciários, ou que representem motivos de presos, violências, fraudes, desobediência e outros fatos negativos da vida prisional. Reconheço e aceito, pois, a competência deste egrégio Conselho para opinar, tecnicamente, na hipótese. Faço-o em

dos arts. 1º e 11, inc. 1, que lhe permitem o exame da matéria; bem como, do art. 12, que não o proíbe, todos de seu Regimento Interno. 04- A segunda pergunta diz com a conveniência de reprimi-lhes a exibição. O sistema penitenciário não salvará sua reputação com o ombro da censura. Nem a cegueira dos acontecimentos, daqui e dali, trará melhora e ajuda à conduta social. Só os monges do passado livravam-se do pecado, no silêncio; não a moral dos povos livres. Tais idéias emergem evidentes, no parecer do culto Conselheiro Everardo da Cunha Luna. 05- Sempre se poderia argumentar que os referidos filmes exsurgem mentirosos, ou não, por inteiro, fideias à realidade. Que assim, espalham o falso e corrompem. Ora, o remédio primário para todas as patranhas acha-se na verdade singela e sem indulgências. De pois, existe a lei. O incitamento ao crime a a contravenção; a apolo-gia do delito e do infrator: Tudo são condutas, que o direito penal da informação pune (art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 5.250/67). Já, no plano administrativo, as emissoras, que tanto abusam da liberdade, podem vir a sofrer sanções (arts. 53 e 64, da Lei nº 4.117/62, com a redação, que lhes deu o Dec. Lei nº 236/67). A alegação não vinga, pois. 06- O que se vê retratado em filmes, às vezes não difere muito do existente. Recordem-se os Senhores Conselheiros dos recentes relatórios das inspeções, realizadas pelo DEPEN. Por que calar as misérias da pena privativa de liberdade? Porque, então, esconder as deficiências de todos os sistemas prisionais? Seria, apenas, manter ofuscadas as consciências, ao gosto dos tementos da responsabilidade. "O conhecimento dos males humanos, que são inerentes ao convívio social, é mesmo indispensável à saúde desse convívio" (passo do voto do Conselheiro Everardo da Cunha Luna). Ao meu sentir, portanto, no que toca as maselas, possuíam os presídios muralhas de vidro. Daí, opinar pela aprovação do parecer, sob exame, e sem emendas. De São Paulo para Brasília, 16 de agosto de 1983. SÉRGIO PITOMBO. Conselheiro Relator". Em andamento o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ que informasse ao Colendo Conselho, sobre seu desempenho junto à Secretaria de Informática da Presidência da República, em representação ao CNPP. Com a palavra o Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ informou que aquela Secretaria Especial de Informática (SEI) vem desenvolvendo um projeto-piloto de coleção de dados e informes penitenciários (INPOPEN), destinados a alimentar um serviço de computação, em primeira fase originados do presídio e da penitenciária de Brasília e, após um período de experimentação de alguns meses, numa segunda fase, abrangendo outros Estados da Federação, sem ônus para os mesmos. Esclareceu que o "software" (programa de computador) a ser desenvolvido para o sistema penitenciário brasileiro poderá ser o mesmo empregado nos estabelecimentos de outros Estados, uma vez que a estrutura penitenciária é praticamente a mesma em todo o Brasil. O projeto se reveste de importância fundamental uma vez que, devido à pluraridade dos serviços prestados, as informações obtidas nos presídios e penitenciárias, são imprecisas e, às vezes, conflitantes, retardando as suas análises e induzindo a possíveis e desastrosos enganos de interpretação e decisões. Mencionou que o projeto prevê basicamente a formação de uma central de informações que terá dados para consultas disponíveis para os Conselhos Penitenciários, Superintendências ou Coordenadorias dos Sistemas estaduais, Direção dos presídios e, ainda, para os juizes das execuções penais, dos advogados do preso, do Ministério Público e, também, para os familiares do preso. A privacidade dos informes sobre o preso será preservada pelo próprio "software" que será desenvolvido para o controle da liberação das informações. Relatou, ainda, que entre os benefícios da utilização dos computadores, está a possibilidade do juiz das execuções ter informações imediatas sobre o tempo de condenação, data de julgamento, condenações já expedidas, benefícios concedidos, registros de punições e de elogios ao preso, proporcionando-lhe mais segurança para determinar que benefícios podem ser concedidos a um determinado detento. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada por mim e pelo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Política Penitenciária.

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva - CNPP

PIO SOARES CANEDO
Presidente

Ministério do Exército

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 8 de janeiro de 1985

AVISO Nº 001

VITÓRIAS DA FEB

O MINISTRO DO EXÉRCITO, considerando que:

- o ano de 1985 marcará o 40º aniversário dos combates vitoriosos da Força Expedicionária Brasileira em campos da Itália, por ocasião da II Guerra Mundial;